



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE PEDAGÓGIA-PARFOR/CAPES/UEPB**

**VILMACI CRISTIANE MELO DE LIMA**

**HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO: uma abordagem histórica da Escola de Ensino  
Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima – Capim- PB**

**João Pessoa- PB**

**2015**

**VILMACI CRISTIANE MELO DE LIMA**

**HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO: uma abordagem histórica da Escola de Ensino  
Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima – Capim- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial  
para a obtenção do título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo

João Pessoa- PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732h Lima, Vilmaci Cristiane Melo de  
História da instituição [manuscrito] : uma abordagem histórica da Escola de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima Capim- PB / Vilmaci Cristiane Melo de Lima. - 2015.  
56 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

\*Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo, PROEAD\*.

1. Educação. 2. Gestão Escolar. 3. História da Educação. I. Título.

21. ed. CDD 370.1

**VILMACI CRISTIANE MELO DE LIMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial  
para a obtenção do título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

Data da avaliação: 31/07/2015

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Maria de Fátima F. de Araújo

Orientadora: Profª. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo

Luiz Hermínio do Nascimento

Examinador: Prof. Dr. Luiz Hermínio do Nascimento

Profª Maria Lindaci Gomes de Souza

Examinadora: Profª. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza

Dedico esta Vitória a Deus, que nos criou e nos revestiu de coragem para questionar a realidade e propor sempre um novo mundo de possibilidades. E aos nossos familiares por nos propiciar orientação e entusiasmo ao longo desta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, Senhor de tudo que nos conduz na sua sabedoria.

Ao meu marido Denilson, grande companheiro, pelo incentivo nessa fase do meu curso.

Ao meu filho Douglas, meu amor, minha força.

À minha mãe Marleide e a meu pai Virgínio que sempre acreditaram em mim.

À minha avó Maria Alice que sempre me encheu de entusiasmo ao longo desta jornada.

Às minhas amigas Elaine Cristina, Kadja, Izolda e Isabela pela ajuda e incentivo.

À Professora Dra. Maria de Fátima pela orientação e condução de forma plena na realização deste trabalho.

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Paulo Freire)*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar e ao mesmo tempo em que vem tentar reconstituir a história da Instituição Escolar João Fernandes de Lima. Essa escola faz parte da rede municipal de Ensino da cidade de Capim-PB. A referida escola é de extrema importância para comunidade, pois a mesma foi criada para atender às necessidades da população que não tinha como se deslocar para outras cidades em busca do ensino formal. Hoje ela é a escola no município que atende aos alunos das séries iniciais até o ensino médio e com deficiências em aprendizagem. Para desenvolver a pesquisa, realizamos sete entrevistas com os antigos gestores da referida escola, visando coletar informações e avaliação da mesma no decorrer dos anos. Nosso interesse pelo tema decorre do fato que a escola de certa forma, também faz parte da nossa vida, como educação institucional e como profissional docente deste estabelecimento de ensino.

**Palavra-chave:** Educação, Gestão Escolar, História da Educação.



## **ABSTRACT**

This study aims to investigate and while that is trying to reconstruct the history of the Institution School João Fernandes de Lima. This school is part of the municipal education of the city of grass-PB. That school is of utmost importance to the community because it was created to meet the needs of the population who could not move to other cities in search of formal education. Today it is the school in the city that caters to students in early grades through high school and with learning disabilities. To develop research, we conducted seven interviews with former managers of that school, aiming to collect information and evaluate the same over the years. Our interest in the subject stems from the fact that the school in a way, is also part of our life, as institutional education and as a teaching professional this school.

Keyword: Education, School Management, History of Education.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Quanto ao sexo.....	33
<b>Tabela 2</b>	Tempo de atuação na direção desta Escola.....	34
<b>Tabela 3</b>	Turno de funcionamento da Escola na sua gestão.....	34
<b>Tabela 4</b>	Recursos públicos eram suficientes para a manutenção da Escola....	36
<b>Tabela 5</b>	Participação dos pais nos assuntos da Escola.....	36
<b>Tabela 6</b>	Elaboração do PPP em sua gestão.....	37

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.....</b>	<b>11</b>
2.1.1 História da Educação no Brasil.....	11
2.1.2 História da Educação da Paraíba.....	17
2.1.3 História da Educação em Capim.....	23
<b>2.2 A IMPLANTAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NA ESCOLA PÚBLICA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEP. JOÃO FERNANDES DE LIMA E SUA HISTÓRIA COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>27</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>33</b>
4.1 Perfil dos entrevistados.....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>
APÊNDICE A- Termo de Consentimento livre e esclarecido.....	46
APÊNDICE B- Questionário.....	47
APÊNDICE C- Fachada antiga e atual da Escola Mun. Dep. João Fernandes de Lima.....	48
APÊNDICE D- Fotos da experiência educacional na Escola em estudo.....	49
APÊNDICE E- Estágio Supervisionado de Gestão na Escola Mun. Dep. João Fernandes de Lima.....	50
<b>ANEXOS.....</b>	<b>51</b>
ANEXO A- Documentação de implantação da Escola em estudo.....	52
ANEXO B- Documentação da Nomeação da Escola em estudo.....	53
ANEXO C- Documentação da modalidade EJA na Escola em estudo.....	54
ANEXO D- Documentação da troca da nomenclatura da Escola em estudo.....	55
ANEXO E- Documentação do anteprojeto da mudança de nome da Escola em estudo.....	56

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade registrar vários aspectos do Histórico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima, Capim- PB, uma vez que a mesma foi construída no ano de 1988 para atender a população que se deslocava para a cidade de Mamanguape.

Nesse contexto, pretende-se discutir as relações criadas pelo crescimento e desenvolvimento da escola na comunidade e município, uma vez que, o município teve um acentuado e constante desenvolvimento, sendo acompanhado também em seu contexto educacional. Diante disso, busca-se encontrar os fatores que influenciaram na formação da Escola no bairro, através da tentativa de reconstituição de sua história, com registros encontrados na mesma.

Inicia-se este trabalho contemplando alguns elementos teóricos e metodológicos que são importantes para a realização de uma pesquisa científica, ao conceituar às mesmas no contexto em que se inserem, ou seja, que são representações de um projeto de sociedade. Além disso, dá-se total importância aos arquivos, fontes e documentos escolares, compreendendo que os mesmos precisam ser analisados, consultados e preservados historicamente, para que seja possível a produção historiográfica sobre determinado objeto de estudo.

É de suma importância levantar dados sobre esta Escola que foi inaugurada em 14 do mês de abril no ano de 1988, contando com grandes evoluções durante esse período, por acompanhar a História da Educação de nosso país, com grandes contribuições para o contexto educacional para o local em que está inserida. Também sua história trará benefícios para a pesquisadora, por participar de forma direta dessa instituição, na busca em relatar através desse registro acadêmico, a historicidade dessa Escola.

Este trabalho será dividido em três capítulos: o primeiro capítulo intitulado, Uma abordagem histórica da Educação no Brasil, sendo subdivididos em três tópicos que são: História da Educação no Brasil, História da Educação na Paraíba e História da Educação de Capim. Já o segundo capítulo é intitulado: A implantação e evolução do Ensino Fundamental e Médio na Escola Pública. E o terceiro capítulo: A escola de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima e sua história como instituição escolar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

#### 2.1.1 História da Educação no Brasil

A história da educação no Brasil teve seu início no período colonial, com a chegada dos portugueses em nosso país, que trouxeram um padrão de educação europeu, já que não possuíam características próprias para o ensino. O ensino e a aprendizagem passaram a ser planejados e formalizados, que sofreram muitas transformações, de acordo com Scachetti (2015). Apesar de não ser possível afirmar-se haver um processo estruturado, convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas, não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu. Mascarello (2006, p. 07) relata que:

A colonização surgiu em meio à expansão econômica de certos Estados Europeus, que buscavam superar as relações feudais, bem como intensificar a acumulação de capital, e acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados.

A Educação no Brasil era um processo sistematizado de transmissão de conhecimentos e indissociável da história da Companhia de Jesus. Para Mascarello (2006, p. 08) afirma que:

Dentre as Ordens religiosas existentes no período, a de maior importância foi a Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1540. Os primeiros padres inicianos chegaram ao Brasil em 1549. Esta data é tida como marco do início da história da educação no Brasil.

“A Companhia de Jesus se organizou entre a atividade educacional tida como a principal, voltada para a catequização (conversão) dos índios e os serviços religiosos voltados para os colonos”, relata Mascarello (2006, p. 08). Ainda de acordo com o mesmo autor (2006, p. 08), “os estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus seguiam normas padronizadas, sistematizadas na Ratio Studiorum, que foi construída sobre meio século (1548 a 1599) de experiência”. Para cumprir tal missão a companhia recebia subsídio do Estado. As negociações realizadas por Dom João III, junto a essa ordem missionária católica podem ser consideradas um marco para a nossa educação.

O padre Manuel da Nóbrega chefiou a primeira missão da ordem religiosa no ano de 1549. “O padre foi quem apresentou a primeira política educacional voltada para a construção de “recolhimentos” para meninos indígenas, onde lhes era ensinado à doutrina cristã, os bons costumes, as primeiras letras”, constata Mascarello (2006, p. 08). No Brasil, a origem das instituições escolares pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas que criaram na então colônia portuguesa, “a primeira escola brasileira”, afirma Mattos (1958, p. 37).

“O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia em 1550. Em 1553 passou a funcionar o curso de Humanidades. E em 1572 os cursos de Artes e Teologia”, relata Mascarello (2006, p. 09).

Em 1759, houve a expulsão dos jesuítas, durante o período das reformas pombalinas, passando a ser instituído o ensino laico e público. Os conteúdos baseiam-se nas Cartas Régias, a partir de 1772, data da implantação do ensino público oficial no Brasil que manteve o Ensino Religioso nas escolas. Mascarello (2006, p. 11) afirma que:

A rede de Aulas Régias foi um esforço da coroa para suprir o vazio deixado pelos jesuítas. Assim, o ensino passou a ser ministrado em aulas e escolas régias por mestres nomeados pelos bispos, em geral mestres e capelães de engenho foram os responsáveis pela educação.

Em 1798, ocorreu o Seminário de Olinda, por iniciativa do bispo Azeredo Coutinho que se inspirava em ideias iluministas que aprendera como aluno na Universidade de Coimbra. Ao longo desses duzentos anos de atividades, a ordem de Inácio chegou a dirigir 578 colégios, 150 seminários e 728 casas de ensino no mundo, segundo França (1952).

A população no período colonial era formada além dos nativos e dos colonizadores brancos o acréscimo da numerosa mão de obra escrava oriunda da África. Mas, os escravos negros não conseguiram qualquer direito à educação e os homens brancos (as mulheres estavam excluídas) estudavam nos colégios religiosos ou iam para a Europa. Apenas os mulatos procuravam a escola, o que provocou incidentes tais como o da "questão dos moços pardos" em 1689: Os colégios de jesuítas negavam as matrículas de mestiços, mas tiveram que ceder, tendo em vista os subsídios de "escolas públicas" que recebiam. Para Mascarello (2006, p. 12)

Os rumos dados à educação no Brasil durante o período colonial foram estes, com políticas que sempre estiveram permeadas pelos interesses da igreja e da coroa portuguesa. Pois, coube à igreja, através da ordem jesuíta, implantar todo o sistema educacional na Colônia, o que serviu de suporte para o desenvolvimento da cultura nestas terras.

No período real, não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real no início do século XIX permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar sua estadia aqui no Brasil, Dom João VI abriu Academias Militares, dentre elas: a Academia Real da Marinha e Academia Real Militar, também as Escolas de Medicina, o Museu Real, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança foi a Imprensa Régia criada em 1808.

Em 1822, havia propostas para a Educação na Assembleia Constituinte, mas a sua dissolução por Dom Pedro I adiaria qualquer iniciativa no sentido de estruturar-se uma política nacional de educação. Em 1824, a Constituição manteve o princípio da liberdade de ensino, sem restrições, com a intenção de "instrução primária gratuita a todos os cidadãos".

Em 15 de outubro de 1827, foi aprovada a primeira lei sobre o Ensino Elementar e a mesma vigoraria até 1946. Essa lei determinou a criação de "escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos" (artigo 1º) e "escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas" (artigo XI). A lei fracassou por várias causas econômicas, técnicas e políticas. Em 1834, o Ato Adicional que emendou a Constituição, houve a reforma que deixava o ensino elementar, secundário e de formação dos professores a cargo das províncias, enquanto o poder central cuidaria do Ensino Superior. Segundo Mascarello (2006, p. 12).

Contexto no qual foi registrado a outorgação da 1ª Constituição Imperial em 1824. Sobretudo, o maior destaque na educação se efetiva com o Ato Adicional à Constituição, em 12 de novembro de 1834, o qual confere às províncias a responsabilidade de promover e organizar o ensino primário e secundário, cabendo ao poder central apenas à incumbência pela educação do município neutro e o ensino superior.

Assim, foi criado o Imperial Colégio de Pedro II, em 1837, e os primeiros liceus provinciais. O Colégio era o único autorizado a realizar exames para a obtenção do grau de bacharel, indispensável para o acesso a cursos superiores. Em 1879, houve a reforma de Leôncio de Carvalho que propunha dentre outras coisas o fim da proibição da matrícula para escravos, mas que vigorou por pouco tempo. De acordo com Mascarello (2006, p. 13):

A falta de recursos deixou ao abandono o ensino de primeiro e segundo graus, com pouquíssimas escolas e entregue à iniciativa privada, o que reforçou ainda mais o caráter propedêutico. Diferente do Ensino Superior, onde o Império dispôs maior atenção, pois tinha interesse sobre a formação de mão-de-obra para a ocupação das funções burocráticas.

No século XIX, ainda havia no Brasil a tendência da criação de escolas religiosas, o que já não acontecia no resto do mundo receptível ao ensino laico. Até mesmo por parte dos jesuítas, que retornaram após 80 anos. Dentre essas instituições, figuram o Colégio São Luís (fundado em Itu em 1867 e transferido para São Paulo em 1919), o Colégio Caraça em Minas Gerais (1820), Colégio Mackenzie (São Paulo, 1870), Colégio Americano (Porto Alegre, 1885), Colégio Internacional (Campinas/SP, 1873), entre outros. Da parte da iniciativa leiga surgiu a Sociedade de Culto à Ciência (Campinas/SP, fundada por maçons). A primeira escola de formação dos professores ("Escola Normal") foi a Escola Normal de Niterói, fundada em 1835.

“Em meio a tudo isso, em 15 de novembro 1889, um golpe militar de apoio civil extinguiu o Império e criou uma nova forma de governo: a República” relata Mascarello (2006, p. 15). Com a instauração da República (1889), a Educação sofreu mudanças, mas sempre sob os princípios adotados pelo novo regime: centralização, formalização e autoritarismo. Em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que na primeira fase sofrera influência da militância católica, mas que a partir de 1932, foi dominada pelos adeptos da Escola Nova. No aspecto educacional, o decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889 “extinguiu o voto censitário e impôs o saber ler e escrever como condição do acesso a participação eleitoral”, segundo Fávero (1996, p. 72). Segundo Mascarello (2006, p. 16).

No que abrange os assuntos da instrução, a autonomia dos Estados levou a um agravamento do Sistema Educacional Brasileiro, criando em todo o país propostas díspares, sem falar na falta de recursos financeiros de alguns estados para equipar seus aparelhos educacionais, o que reforçou ainda mais a dualidade do sistema de ensino. Contudo, cabe ressaltar que a reforma do ensino não foi uma exclusividade dos mentores da República, pois esta questão, como vimos já se agitava durante o período monárquico.

É a partir de 1930, início da Era Vargas, que surgem as reformas educacionais mais modernas. Assim, na emergência do mundo urbano-industrial, as discussões em torno das questões educacionais começavam a ser o centro de interesse dos intelectuais. O Decreto 9.850 de 11 de abril de 1931 organizou o Conselho Nacional de Educação e com a Constituição de 1934 deu-lhe a incumbência de criar o Plano Nacional de Educação. Segundo Mascarello (2006, p. 18)

Apesar de constituir-se na primeira organização da estrutura do ensino em nível federal, criando o Conselho Nacional de Educação, a proposta de Francisco Campos limitou-se à reformulação do ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: Ensino Fundamental (5 anos, ficará conhecido como ginásio) e Complementar (2 anos, preparação para o Ensino Superior). Os demais



níveis de ensino: Ensino Primário, Ensino Normal e Ensino Técnico, não foram contemplados. Ressalvas para o Ensino Comercial que o Decreto nº 20.158 regulamentou, organizando-se, desta forma, também em dois ciclos, sendo: o primeiro ciclo com duração de 3 anos (1 ano de preparação para o ciclo seguinte) e o segundo ciclo, composto por diferentes cursos; Secretariado (2 anos), Guarda-livros (2 anos), Administrador-vendedor (2 anos), Atuário (3 anos) e Perito-contador (3 anos). Excetuando-se os dois últimos que davam direito ao curso Superior de Finanças (3 anos) o restante destinava-se à formação profissional.

Desse modo, os intelectuais voltaram sua atenção para a educação, uma vez que, pretendiam contribuir para a melhoria do processo de estabilização social. Não demoraram muito a declararem a insuficiência da pedagogia tradicional diante da exigência do mundo moderno, capitalista, concluindo que as instituições escolares deveriam ser atualizadas de acordo com a nova realidade social.

Na década de 1920, havia Universidades, como a do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais (1927) que eram simples agregação de faculdades. Em 1934, surgiu a USP, sob a nova organização decretada pelo governo.

No contexto da educação, o governo, os liberais e os católicos, promulgaram da Constituição do país em 1934, que determinou a União a “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, de coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país” relata Ghiraldelli (2001, p. 45). Segundo Mascarello (2006, p. 19).

Em 22 de janeiro de 1942, através do Decreto-lei nº 4.028, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e na sequência, em 30 de janeiro de 1942, sob o Decreto-lei nº 4.073, criou a Lei Orgânica do Ensino Industrial e em 9 de abril de 1942, através do Decreto-lei nº 4.244, a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Em 1943, foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Também houve o acordo financeiro com o Banco Mundial para a Escola Técnica de Curitiba. “[...] o Ensino Comercial com o Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943”, relata Mascarello (2006, p. 19). Com a lei orgânica, o Ensino Secundário foi dividido em três modalidades: Clássico, Científico e Normal que, embora profissionalizante, era considerado, dentro do ensino secundário, voltado para o prosseguimento de estudos em nível superior e ensino técnico, com três modalidades de cursos: técnico industrial, técnico agrícola e técnico comercial.

Segundo Mascarello (2006, p. 19):

A Lei Orgânica do Ensino Primário só foi apresentada em 2 de janeiro de 1946 sob o Decreto-lei nº 8.529, que veio acompanhada pelo Decreto-lei nº. 8.530, Lei Orgânica do Ensino Normal. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) foi regulamentado em seguida em 10 de janeiro de 1946, através dos Decretos-lei nº 8.621 e 8.622.

Com o regime iniciado em 1964, houve um aumento do autoritarismo, marcado na área da Educação com o banimento de organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes- UNE em 1967, consideradas "subversivas". Em 1969, foi tornado obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os graus de ensino sendo que, no ensino secundário, a denominação mudava para Organização Social e Política Brasileira (OSPB). O Decreto 68 908/71, criou o "Vestibular Classificatório", garantindo a vaga nas universidades apenas até o preenchimento das vagas disponíveis.

Referendada no documento acima mencionado, a política educacional do período de 1947 a 1961 se voltou a discussões em torno de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que norteasse todos os níveis de ensino do território Nacional. Neste propósito de integração do sistema educacional, entrou em vigor em 20 de dezembro de 1961, a Lei 4.024 Mascarello (2006, p. 21).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967, objetivando diminuir os níveis de analfabetismo entre os adultos. A reforma dos ensinos fundamental e média foi feita durante o governo Médici, com a Lei 5 692/71. Foi integrado o primário, ginásio, secundário e técnico. Em 1982, a Lei 7 044/82 retirou a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante nas Escolas de Ensino Médio.

A Educação mereceu destaque na Constituição Brasileira de 1988, que em seus dispositivos transitórios dava o prazo de dez anos para a universalização do Ensino e a erradicação do analfabetismo. Ainda em 1996 surgiu à nova LDB - Lei das Diretrizes Básicas, que instituiu a Política Educacional Brasileira. Para Nagle (1984, p. 29)

Por esse motivo, o estudo tanto da organização como das práticas, no terreno educacional, deve encontrar uma maneira produtiva de interligar-se com as condições econômicas, políticas e sociais de determinado quadro histórico, quadro no qual a educação aparece e se desenvolve e encontra o sentido que configura seu modo particular de ser.

A lei 9131/1995 criou o Conselho Nacional de Educação, que substituiu o antigo Conselho Federal de Educação que havia surgido com a LDB de 1961 e tinha sido extinto em

1994. Em 1990 foi organizado o SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico. Com a lei 9.424/96 foi organizado o FUNDEF - Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental (que depois de dez anos foi substituído pelo FUNDEB), que obrigou os Estados e Municípios a aplicarem anualmente um percentual mínimo de suas receitas. Segundo Mascarello (2006, p. 30)

[...] em 20 de dezembro de 1996, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394. O documento dispôs sobre todos os níveis da educação escolar, sendo este dividido em dois: o primeiro engloba a Educação Básica, que compreende educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e o segundo, a Educação Superior. A Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional, a Educação Especial, a Educação Indígena e a Educação a Distância, foram enquadradas como modalidade educacional.

Para tanto, a História da Educação Brasileira, buscou juntamente com o governo, inúmeros programas criados no contexto educacional. Assim, a educação tomou rumos alicerçados numa proposta de racionalização dos custos, num horizonte de parcerias, aliada ao desenvolvimento das habilidades e competências, que as políticas orientadoras do período reforçaram.

### 2.1.2 História da Educação da Paraíba

Segundo Mello (1999) a evolução histórica da Paraíba, decomposta em períodos que nos trazem da conquista e colonização do século XVI às invasões holandesas do XVII, penetração territorial dos séculos XVII e XVIII, rebeliões liberais, abolicionismo e republicanismo do século XIX, até o atual século XX. “A Expansão do Ensino Público Estadual na Paraíba (1900 a 1945)”, apontou a necessidade de conhecermos a historiografia sobre a história da educação da Paraíba, de acordo com Pinheiro (1997, p. 206). Dias (1996) afirma que a análise dos objetivos e do papel dessa instituição, serve para elaboração ideológica de uma possível “*paraibanidade*” ou a algo que poderíamos chamar de um “*pensamento paraibano*.”

Para o Conselho Estadual da Paraíba (2015), a educação paraibana se confunde com a história da educação brasileira, com isso, no dia 20 de dezembro de 1961 foi instituído sob a égide da Lei nº 4.024 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB) foi criado pela Lei nº 2.864, de 06 de junho de 1962. Para Santos (2010, p. 69):

Ainda que se considere que o projeto educativo implantado na Paraíba colonial estava atrelado ao colonialismo expansionista, a violência do transplante cultural e a catequese religiosa, o papel desempenhado não foi anulado por estes condicionantes. Este é o primeiro aspecto: durante trinta anos a Paraíba colonial foi submetida a um empreendimento pedagógico de nível muito superior ao que tivera antes ou teve imediatamente depois do inaugurado neste período.

Os franciscanos, jesuítas, beneditinos e carmelitas são responsáveis pelos aldeamentos da catequese, devendo a construção de templos religiosos de inspiração barroca e as mais recuadas formas de organização social, indica Mello (1999). Para Teixeira e Cury (2008, p. 02)

O primeiro conjunto de Leis que buscou normatizar extraordinariamente a instrução das primeiras letras na Parahyba do Norte é a de 15 de outubro de 1827, e veio sob determinação imperial. Entre outras questões abordadas pela referida Lei sinalizamos para as que tratam da origem e formação dos lentes, são elas: Art.5 (...) Os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. Art.7 Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação; Art.8 Só serão admitidos os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Mello (1999) afirma que para Gilberto Freyre existiam dois principais modelos pedagógicos - o franciscano e o jesuítico que competiram na sociedade colonial brasileira dos primeiros séculos. O primeiro, que buscava a valorização do trabalho pelo incremento das atividades manuais, defrontou-se com o jesuítico, de *Ratio Studiorum*, fundado no latim. Segundo Santos (2010, p. 62)

A tarefa educativa estava a cargo dos diáconos, e destinava-se a ambos os sexos. Além disso, se objetivava um ensino que atingisse todos os ciclos, do elementar ao superior, como sugere o acervo bibliográfico disponível. A formação elementar primária se dava a partir das cartas do ABC e caligrafia, com uma literatura de apoio tomada de opúsculos religiosos, principalmente, orações, o credo apostólico e o decálogo, além dos catecismos.

Nesse contexto, a educação paraibana refletiu numa estrutura de classes com base econômica e social, no qual, seus índices bastante precários, asseguravam a educação reduzida à camada, absolutamente avessa ao trabalho manual. A educação destinada à formação de mão-de-obra limitou-se a esparsas experiências, relata Mello (1999).

Algumas escolas religiosas para mulheres, já neste século, assim como orfanatos e asilos, de inspiração confessional, seguiram essa linha de ação que, todavia, não se cristalizaram na Paraíba. Mesmo assim, algumas tentativas de renovação educacional tiveram lugar na Paraíba do século XX, indica Mello (1999).

A supressão do trabalho escravo e a evolução do comércio, nos primeiros decênios, fomentado pela urbanização, geraram a Academia de Comércio da Paraíba, fundada em 1922 e sediada na capital. Na década anterior, a Escola de Aprendizes Artífices (1912) começou a funcionar junto ao Quartel da Polícia Militar, relata Weber (1997).

Para Mello (1999), com a Revolução de 30 e as teses da chamada Escola Nova, os educadores, José Baptista de Melo, Batista Leite, João Vinagre e Sizenando Costa, além de, posteriormente, o diretor da Instrução Pública Calheiros Bonfim, sobreviveram o SESC, SENAC e SESI. Se o primeiro interiorizou-se, com extensão a cidades como Guarabira e Souza, foi o último que se sobressaiu, mediante a formação de quadros profissionais em Campina Grande e Rio Tinto, sob a liderança dos executivos Stênio Lopes e Rogê Maciel Pinheiro.

Convertida em Escola Industrial e, posteriormente, Escola Técnica Federal da Paraíba, a antiga Escola de Artífices evoluiu funcionando de unidade de apoio em Cajazeiras, no alto sertão paraibano, a partir da década de noventa. Alguns de seus programas buscaram associar o empresariado à formação de mão-de-obra para a indústria. Buscou, nos anos setenta, essa parceria através do Centro de Integração Escola/Empresa, coordenado pelo sociólogo Aníbal Peixoto Filho, afirma Mello (1999).

Segundo Mello (1999), já na área estadual, os chamados Ginásios Polivalentes e Orientados para o Trabalho ficaram muito aquém da intenção dos planejadores do regime militar dos anos setenta, a Universidade ofereceu melhores espaços à chamada educação prática.

Em João Pessoa, há os cursos de Engenharia e Arquitetura, como embriões do atual Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal, hoje dotados de excelentes mestrados, como em Campina Grande onde a Escola Politécnica despontou na década de cinquenta. Em Campina, o segmento tecnológico tem recebido a contribuição da UFPB, segundo Mello (1999).

Para Mello (1999), na microrregião do brejo, o ensino agro técnico avançou com a Escola Agro Técnica Vidal de Negreiros, na década de vinte, em Bananeiras, preliminarmente dirigida pelo agrônomo José Augusto Trindade, pai do atual Reitor da UNIPÊ, Cônego Marcos Trindade, e a escola de Agronomia do Nordeste, na década seguinte, em Areia. Modernamente, ambas constituem dinâmicos Centros de Ensino e Pesquisa da UFPB. Com isso, acusaram

melhor destino que o antigo Patronato Agrícola de Pindobal, em Mamanguape, no litoral. Este último, não definiu suas finalidades após as iniciativas do professor Adailton Coelho Costa, nos anos oitenta. Em Lagoa Seca, junto a Campina Grande, o curso de Técnicas Agrícolas da VEPB encontra-se prestes a fechar. Esse não é o caso da Escola Agrícola de Catolé do Rocha, no sertão, exitosamente mantida pela VEPB.

Menezes (1982) relata que uma das características históricas da educação paraibana, entrosada com a brasileira, consistiu em seu caráter privado. Com efeito, deslocada para o interior das famílias, ela registrou a predominância do chamado mestre-escola. Alguns desses passaram à História, como os latinistas Joaquim da Silva, em Areia, Luiz Aprígio, em Mamanguape, ainda Demétrio Toledo, em Pilar, DI'. Brandão, em São João do Cariri, Anésio Leão em Campina Grande e Patos, Rafael Corrêa de Oliveira em Pombal e Amaro Gomes Coutinho e Severo Rodrigues, em Santa Rita. A categoria, a que hoje se retoma com o chamado reforço escolar, ganhou nova dimensão nas Escolas Normais de Curso Pedagógico, a partir dos anos vinte, constata Mello (1999).

Essa é a razão pela qual "mantido na obscuridade, o povo paraibano aprendeu a ler sem escolas", segundo Mello (1997). Com a criação da primeira cadeira escolar mantida pelo governo, os jesuítas haviam sido expulsos do Brasil, o que levou o Marquês de Pombal àquela providência. Um pouco mais tarde, em 1822, funcionavam escolas de primeiras letras na Paraíba, nas vilas de Conde, Alhandra, Monte Mór, São Miguel, Pilar, Brejo de Areia, Nova Rainha (Campina Grande), São João, Pombal e Souza, retrata Mello (1956).

Com a estrutura educacional, fez-se experiências pedagógicas do naturalista paraibano Arruda Câmara, na qualidade de médico formado em *Montpellier*, na França, pesquisando a fauna e flora nordestinas. Câmara, de quem hoje se contesta o liberalismo maçônico, lançando as bases do naturalismo pedagógico, seguiu a vertente do naturalismo filosófico da Revolução Francesa, afirma Mello (1999).

Mello (1999) afirma que outra vertente chamada, humanismo, quem mais se distinguiu foi o padre Inácio de Souza Rolim, que era responsável pela tradição pedagógica de Cajazeiras, no alto sertão paraibano. Essa escola localizava-se em fazenda da freguesia e deslocou-se para Inhamuns, no Ceará, por ocasião da epidemia de cólera, em 1856. O caráter itinerante das escolas da época positivou-se, igualmente, na região noroeste do Estado, com o educador Antonio Gomes de Arruda Barreto. Também político, advogado e jornalista, deslocaram seu colégio Sete de Setembro, um dos únicos do sertão, na passagem do século, de Brejo do Cruz para Mossoró e Martins, no Rio Grande do Norte, antes de retomar a Catolé do Rocha, na Paraíba. Tanto Rolim quanto Barreto, constituíram expressões da escola doméstica, rotulada

por Rafael de Menezes, em certa altura, ofereceu o tom da educação paraibana, segundo Mello (1999).

Para Mello (1999) a institucionalização da educação paraibana, datada em 1836, com a criação do Liceu Paraibano, inicialmente localizado no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, fundado em 1745, pelo sacerdote italiano Gabriel Malagrida que padeceria nos cárceres da Inquisição, em Lisboa. Esse estabelecimento, mantido pela Companhia de Jesus, funcionava como seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral (Mello, 1956). “Quanto aos fragmentos, repetem-se as temáticas acima apresentadas, principalmente no que tange ao Lyceu Paraibano, expansão do ensino e no enaltecimento das grandes educadoras e educadores paraibanos”, retrata Pinheiro (1997, p. 210). Funcionando nos moldes do Colégio D. Pedro, do Rio de Janeiro, o Liceu Paraibano conheceu duas sedes, que ainda perduram o antigo Colégio dos Jesuítas, na atual Praça João Pessoa, vizinho ao Palácio da Redenção, e atualmente instalado por Argemiro de Figueiredo, na Avenida Getúlio Vargas, em 1939, constata Mello (1999). Segundo Pinheiro (1997, p. 206)

Se formos em busca da procedência institucional dos intelectuais que se preocuparam em escrever sobre a história da educação paraibana, verificaremos que ela se concentrou em três locais, quais sejam: do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Com o Instituto de Educação, o curso Normal representou o núcleo da Escola de Professores, consolidando o prestígio do estabelecimento que, pelos anos vinte, fomentou o modernismo paraibano e o dinamismo cultural da sociedade, indica Mello (1979). Nessa época, o Liceu Paraibano, a Escola Normal e o jornal A União, estavam todos sediados na capital, que constituíram o tripé da cultura paraibana, cooptada pelo Governo. O Seminário Arquidiocesano e o Colégio Diocesano Pio X, ambos de inspiração confessional, surgiu o entendimento de que o elemento religioso nele predominava, segundo Mello (1999).

Conforme Mello (1956), em *Evolução do Ensino*, na época do Império nos seus sessenta e sete anos, havia nos dado 67 escolas primárias que, somadas com as doze vindas da Colônia, perfaziam um total de sessenta e nove. Tínhamos, segundo a estatística da época, 2.284 alunos nas aulas públicas, 225 no Liceu Paraibano e 23 no Externato Normal, além de algumas dezenas de estudantes nos cursos de Latim que funcionavam em Areia, Mamanguape e Souza.

A partir da segunda metade dos anos 30, as várias ordens das freiras brasileiras e estrangeiras principiaram a instalar colégios para moças em cidades como: Guarabira, Alagoa

Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Areia e Itaporanga, no esquema de internatos, afirma Mello (1999). A educação paraibana apontava mais para o crescimento, ao invés do desenvolvimento da educação, fazia-se de forma desordenada, embora que tanto assim, que a base persistia num grave problema para o analfabetismo, agravado pelo latifúndio que as nascentes Ligas Camponesas desafiavam, afirma Mello (1999).

A consciência do analfabetismo dominou a sociedade paraibana em momento de agudização das lutas sociais, de modo que foi a nível ideológico que se processou seu enfrentamento. O SIREPA era responsável pela primeira experiência de educação pelo rádio, na Paraíba. A extrema esquerda organizou a CEPLAR para ousada tentativa conscientizadora da alfabetização, baseada no método Paulo Freire, conforme Mello (1999). Com o movimento de 1964 e a supressão da CEPLAR, prevaleceu a Cruzada ABC, de inspiração evangélica e com financiamento norte-americano, segundo Scocuglia (1997).

Do SIREPA saíram os quadros da experiência estadual do Projeto Minerva tendo como base o rádio e posteriormente, a televisão, que encaminharam grandes massas para os exames supletivos, reestruturados pelo secretário José Carlos Freitas, durante a administração de Ernany Satiro. Enquanto isso, a educação à distância da Paraíba era considerada modelar, o mesmo não se verificou com o MOBREAL, pois era destinado a conter o analfabetismo, relata Mello (1999).

Ao lado do analfabetismo, o MOBREAL não se deteve. Outro problema da educação paraibana foi o do chamado professorado leigo, isto é, sem habilitação adequada. Para equacioná-lo, os governos federal, estadual e municipal conjugaram-se no chamado Projeto Logos, cujo resultado revelaram-se aquém dos esperados. A Universidade contribuiu com Mestrado de Educação de Adultos de boa qualidade, o qual, todavia, formou mais especialistas de nível que pessoal, capaz de atuar junto à raiz do problema, conforme Mello (1999).

Com efeito, a apropriação do sistema pedagógico paraibano pelas oligarquias significou anomalia que incidiu sobre setores, como o do ensino Normal. Em Princesa Isabel, cada facção partidária montou uma escola normal e nenhuma presta como resultado. A classe média princesense envia filhas para o curso Normal de Patos, a mais de cento e cinquenta quilômetros.

Mello (1999) relata que uma das possibilidades do ponto de vista técnico, o enfrentamento das anomalias pedagógicas da Paraíba reside na qualificação do pessoal preparado por suas três universidades. A mais antiga universidade é a Federal, pois possui excelentes centros pedagógicos em João Pessoa e Cajazeiras, além dos campi em Areia, Bananeiras, Campina Grande, Patos e Souza. A UEPB revela no CEDUC, do Bairro do Catolé,



em Campina Grande, Departamento de Pedagogia que prima pela qualidade. Segundo Santos (2010, p. 70)

[...] a história da educação tem sido muitas vezes a irmã mais pobre nas investigações historiográficas, daí decorre o nosso esforço neste trabalho de apontar mais um capítulo desta trajetória, entre os mais esquecidos, entre outras razões, pelo pequeno status gozado pela nossa província paraibana na historiografia brasileira, pelo hiato temporal que nos remete a colônia e pelo nacionalismo de estarmos sob domínio estrangeiro.

Existem muitos indícios, através de pesquisas, a probabilidade pertinente de uma educação incipiente e excludente, bem como das precárias condições de trabalho dos docentes. Bem diferente do que mencionavam as leis, a realidade docente era provavelmente desestimulante, muito cobrada e pouco recompensada, o que fez das lentes já naquele momento uma categoria profissional bastante sofrida, segundo Teixeira e Cury (2008).

### 2.1.3 História da Educação em Capim

A educação no município de Capim deu-se início em 1930, com a administração do prefeito de Mamanguape, que designou a primeira professora para este distrito que se chama Isaura, mas a primeira professora filha natural de Capim, ensinava particular em sua própria casa e chamava-se Josefa Sales de Melo.

No final de 1940 foi construída uma escola pelo Governo do Estado, com uma sala de aula e casa do professor. Esse prédio recebeu o nome da Escola Elementar Rural Mista de Capim. Nessa época, o então governador José Fernandes de Lima, nomeou duas professoras, Mocinha Leite e Cecília Lopes Gusmão. A professora Mocinha Leite renunciou ao cargo e Cecília Lopes Gusmão, permaneceu até aposentar-se. Com a aposentadoria da professora Cecília veio à professora, Salete Alves, natural da cidade de Areia. Essa professora mudou o nome da escola para Escola Isolada da Cuitezeira. Em até 1972, o município só tinha essa escola, mas com a aposentadoria dessa professora, o prédio ficou abandonado.

Na década de 90, a escola foi reformada e recebeu o nome de Escola Estadual do Distrito de Capim, também foram nomeadas as professoras Marleide Melo de Farias, Maria Rejane Batista de Araújo, Maria das Graças, Marileide Maria dos Santos, Maria Nazilda Galdino do Nascimento, Martha Andrade da Silva. Para ocupar a direção foi nomeada a professora Severina dos Santos Costa e para a secretaria da escola, Rosilene de Fátima Dutra.

Em 1973, Antônio Dutra de Melo, filho de Bento Renovato de Melo, conseguiu com o prefeito, Coronel José Castor do Rêgo, nomear pelo município três professoras, sendo uma para ensinar no Sítio Pindoba, Dulcinéia Dantas, Maria José dos Santos e Severina do Ramo de Melo Silva, que ensinavam na vila em uma antiga padaria. A prefeitura de Mamanguape comprou e reformou o prédio. Após essa reforma, recebeu o nome de Escola Municipal de Capim. Dois anos depois da morte de Antonio Dutra de Melo, passou-se a chamar Escola Municipal Antonio Dutra de Melo. Com o passar do tempo, a escola não comportava mais o número de alunos, então a vila ganhou uma nova escola, com quatro salas de aula e doze professoras, recebendo o nome do Deputado João Fernandes de Lima, sendo essa escola construída com verba federal.

Através do projeto EDURURAL (Educação na Zona Rural) na gestão do prefeito Gustavo Fernandes de Lima, a diretora da Escola João Fernandes de Lima, Severina do Ramo de Melo Silva, permaneceu entre os anos de 1988 até 1990. Após esse ano, assumiu a diretoria, a professora, Maria Nazilda Galdino do Nascimento.

Em 1993, Severina do Ramo de Melo Silva volta à direção da Escola João Fernandes de Lima, reabrindo a Escola Antonio Dutra de Melo, a qual funcionou até o final de 1996. No ano de 1998, a Escola João Fernandes de Lima, passou a funcionar com o ensino fundamental completo. Em 2002, a mesma passou a ofertar além do ensino fundamental o ensino médio. Logo após a primeira eleição para prefeito da cidade, a Escola Antonio Dutra de Melo, passou a ser a sede da prefeitura municipal até o final de 2004, chamando-se Prefeitura Municipal Prédio Antonio Dutra de Melo.

A partir de 2005, passou a funcionar a Secretaria de Educação do Município, mas, continua sendo o Prédio Antonio Dutra de Melo. Esses dados foram cedidos pela primeira gestora dessa escola.

## **2.2 A IMPLANTAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NA ESCOLA PÚBLICA**

Após anos de descaso em relação à educação no Brasil, em meados da década de 90, houve uma evolução de vários indicadores educacionais no Brasil. “Nesse período, foi praticamente universalizado o acesso ao ensino fundamental, e houve uma expansão expressiva do ensino médio. No entanto, a qualidade da educação ainda é muito baixa”, retrata Veloso (2011, p. 215). De acordo com Brasil (1996) a Constituição Federal, lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996 prevê a necessidade da garantia ao ensino fundamental de educação, forma obrigatória e gratuita, sendo a idade de quatro a dezessete anos de idade, um dever do Estado.

Foi debatido e discutido sobre a questão da municipalização do ensino fundamental, tendo em vista que o governo poderia assegurar educação para os estudantes. Para Azanha (1991) a municipalização abrangeria o ensino no antigo primário, também atribuindo organização, administração e execução, sendo que sua supervisão ficaria a cargo do Estado. Ferreira (2008) afirma que as primeiras discussões sobre descentralização vêm a debate com o Ato Adicional de 1834, no qual, se remetia que as províncias a responsabilidade com os ensinos primários e secundários, cabendo ao governo central à responsabilidade com as universidades.

Souza (1998, p. 17) relata que:

Foi somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população. Essa tarefa materializou-se na instituição da escola graduada a partir de 1890 no estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país.

“O acesso à educação obrigatória mais cedo se constitui em um instrumento de luta política, para que todas as crianças, inclusive as das classes populares, possam usufruir da igualdade de oportunidades”, constata Saveli (2008, p. 02). As discussões e lutas quanto à descentralização do ensino brasileiro não são recentes. Segundo Oliveira (1999, p. 11):

[...] fizeram-se presentes após o Ato Adicional de 1834, passando por discussões ocorridas na Primeira República, estando presente em relação à questão curricular no Manifesto dos Pioneiros de 1932, nas Constituições Federais quanto ao financiamento, na debatida proposta de Anísio Teixeira (1957), durante a tramitação das Leis n. 4.024/61 e n. 5.692/71, durante a Constituinte dos anos 80, além das discussões ocorridas em diferentes Estados, a partir da redemocratização do país, quando da implementação de políticas de parcerias/convênios com os municípios.

O Plano Nacional de Educação, lei nº 10.172, datada em 9 janeiro de 2001, relata sobre a necessidade do Poder Público, elaborando políticas que visem os três elementos que podem atingir uma universalização do ensino fundamental, onde, segundo Brasil (2001, p. 19):

[...] o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino

fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão.

“O direito à educação constitui-se como um instrumento para que os indivíduos possam usufruir da igualdade de oportunidades”, afirma Saveli (2008, p. 02). Segundo a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Art. 2.º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para o Ministério da Educação (2009, p. 07):

O Conselho Nacional de Educação, cumprindo suas funções normativas e de supervisão e atividade permanente (LDB 9.394/96, Art. 9º, Par. 1º), vem elaborando diretrizes e orientações, que devem ser observadas pelos sistemas de ensino, para a reorganização do Ensino Fundamental de Nove Anos.

A municipalização do ensino fundamental abre questões concernentes em relação à nova estrutura da LDB, transferindo a responsabilidade para o governo local a educação das crianças. Já em relação ao ensino médio, a LDB reafirma a condição do jovem a obter uma maior acessibilidade à escola, onde para Costa (2013, p. 191)

As políticas educacionais brasileiras criaram, nas últimas décadas, um contexto legal favorável à consolidação da matrícula na última etapa da educação básica em escolas públicas estaduais e, com ela, uma nova realidade da escola média: os trabalhadores passam a ter como principal alternativa uma formação não profissionalizante.

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394-96), ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-a como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral”, relata o Ministério da Educação (2009, p. 03). Apesar de a LDB ter sido implantada há alguns anos, de acordo com o Ministério da Educação (2009) os dados e as avaliações oficiais revelam que não foi possível superar a dualidade histórica, embora o ensino médio tenha prevalecido, tampouco não garante, portanto, a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes.

“O ensino médio no Brasil foi implantado com intuito de preparar para o ensino superior”, constata Costa (2013, p. 186). Além disso, o mercado de trabalho passou a exigir dos indivíduos o diploma do ensino médio como requisito para o acesso ao mundo do trabalho, podendo ser explicada por quatro fatores, segundo Castro e Tiezzi (2005, p. 124):

- 1) Os resultados positivos de um conjunto de políticas ligadas à melhoria do funcionamento do ensino fundamental;
- 2) A ênfase em programas de combate à repetência e melhoria do fluxo escola;
- 3) A reforma do ensino médio e as políticas implementadas com o objetivo de fortalecer o secundário como etapa final da educação básica;
- 4) O Exame Nacional do Ensino Médio- Enem, implantado a partir de 1998.

Segundo Ghiraldelli (2000, p. 15) “o otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar”. Para tanto, a implantação e evolução do ensino fundamental e médio na escola pública tem se modificado para uma melhor educação aos indivíduos, colocando uma preocupação em diversas problemáticas. Pois, a educação brasileira ainda encontra-se em processo de construção promovendo leis que facilitem o acesso ao ensino nas escolas, assim como, uma melhor formação para os professores, acarretando em um ensino que se faz necessárias melhorias das políticas públicas juntamente com a administração educativa de nosso país.

### **2.3 A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEP. JOÃO FERNANDES DE LIMA E SUA HISTÓRIA COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

A referida escola está localizada no município de Capim, situado a 54 km, da capital da Paraíba- João Pessoa. Possui como vias de acesso a BR- 101 e a PB-041. Tem uma população de aproximadamente 5.601 de habitantes, segundo o IBGE (2014).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima teve sua construção concluída no ano de 1987, já as aulas iniciaram em 1988. Está localizada, na Avenida São Sebastião, nº 182, no município de Capim, Paraíba. O município de Capim está localizado na microrregião do litoral norte, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015). Possui uma população estimativa no ano de 2014, de 6.206 pessoas, embora segundo o censo do ano de 2010, a sua população era de 5.601 pessoas. A cidade foi emancipada no dia 29 de abril de 1994, embora a sua instalação deu-se no dia 01 de janeiro de 1997.

Diante disso, o Conselho Escolar Municipal de 1º Grau Deputado João Fernandes de Lima (2007, p. 01), (em anexo) retrata que:

[...] é uma sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativo, apolítica, fundado em 23 de abril de 1997, com duração indeterminada com sede e foro em Capim, Estado da Paraíba, por cujos atos e obrigações não responderão individualmente os seus membros e está regida pelas leis do País, pelo Decreto Municipal nº 004/97 de 22/04/1997 e por este Estatuto.

A Câmara Municipal de Mamanguape (1988) sanciona o Anteprojeto de Lei nº 01/88, em 18 de março de 1988, que retrata no “Art. 1º- Fica denominada Escola Municipal “JOÃO FERNANDES DE LIMA, o Grupo Escolar da Vila de Capim deste Município:”, (segue em anexo). Esse Parecer foi designado pelo Vereador Nemésio Augusto de Meireles, que foi aprovado no dia 21 de março de 1988, (segue em anexo), firmando a Resolução nº 05, de 21 de março de 1988, que relata a denominação da Escola para o Grupo Escolar da Vila de Capim (1988), (segue em anexo).

Segundo o Estatuto do Conselho Escolar da Escola Municipal de 1º Grau Deputado João Fernandes de Lima (2013, p. 01) essa instituição tem como finalidade relatar no Art. 2º “A associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público-comunidade- escola- família”, (segue em anexo).

Criada pelo Decreto Municipal nº 29/88 de 21 de março de 1988, na gestão do Prefeito Constitucional da cidade de Mamanguape, até então distrito desse município, cujo prefeito Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, com recursos do MEC/FNDE através do Projeto (EDURURAL). Foi posteriormente autorizada pelo Conselho Estadual da Educação do Estado da Paraíba (CEE) pela resolução nº 120/99. E, o seu nome foi uma homenagem ao Deputado João Fernandes de Lima.

A escola possui o ensino fundamental (2º ano a 9º ano), o ensino médio (1º ano a 3º ano) e a modalidade de ensino de jovens e adultos, no ensino fundamental. Essa escola funciona em três turnos, manhã, tarde e noite. Segundo Silva (2014, p. 44) retrata que

É composta por 09 salas de aula e uma sala de apoio atende crianças com dificuldade de aprendizagem, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 cozinha com dispensa, 01 biblioteca, 01 sala de professores, uma sala de informática, um depósito de materiais pedagógicos, um quiosque para eventos e seis banheiros.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) (2014), a referida escola foi criada para atender as necessidades da comunidade de Capim e zonas rurais adjacentes, que não tinham como se deslocar para outras cidades. Portanto, ela seria a escola de referência mais próxima.

No ano de 1994, Capim passa a ser cidade e conseqüentemente, o distrito desliga-se de Mamanguape, passando a escola a pertencer ao município de Capim. A escola neste ano possuía apenas 04 (quatro) salas e 20 (vinte) funcionários, tendo por a primeira diretora, a Sr.ª Severina do Ramo de Melo Silva, segundo o Histórico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio João Fernandes de Lima (2007) (segue em anexo).

Durante a gestão do prefeito João Batista Rocha, a Câmara Municipal de Capim Segundo sanciona a Lei 66/200, de fevereiro de 2001, no Art. 1º “Fica transformada a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Dep. João Fernandes de Lima” em Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio “Dep. João Fernandes Lima”. (Segue em anexo).

Em 2009, a escola foi ampliada na gestão do prefeito Euclides Sérgio Costa de Lima e da secretária de educação, Maria de Fátima Costa de Lima, onde de acordo com a Lei nº 154/2009, de 27 de novembro de 2009, sanciona após a aprovação na Câmara Municipal a seguinte lei:

Art. 1- A Educação de Jovens e Adultos será ministrada nas escolas municipais e se destinará àqueles que não tiveram acesso ou puderam continuar seus estudos no Ensino Fundamental na idade própria, considerando-se suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho; bem como estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integrantes e complementares entre si. (Art. 37 § 1º e § 2º da Lei 9394/96-LDB).

Também, segundo a determinação da Lei 154/2009 de 27 de novembro de 2009, no inciso 2º do artigo segundo, relata que “§2º- O ensino na educação de jovens e adultos será ministrado preferencialmente no turno noturno”. Ainda, de acordo com a Lei nº 154/2009, “§ 3º- O calendário escolar da EJA obedecerá ao calendário estabelecido pela Secretária Municipal da Educação”. (Segue em anexo).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), elaborado em 2010, cujo código da escola é 25087312, sendo a entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Capim e a Secretaria Municipal de Capim, com três níveis de escolaridade: o Ensino Fundamental de 2º ao 9º ano; o Ensino Médio- de 1º ao 3º ano e a Educação de Jovens e Adultos. O Ensino Fundamental, funcionado nos turnos: manhã, tarde e noite. Seu alunado é denominado clientela: crianças, adolescentes, pré-adolescentes e jovens e adultos. Possui uma natureza jurídica: Pública Municipal, com regime escolar seriado, tendo tratamento de conteúdos, por componente curricular. Com o planejamento participativo, uma metodologia construtiva, com recursos de ensino diversificado e uma avaliação contínua.

De acordo com o PPP (2010), essa escola atende a maioria de alunos carentes, onde seus familiares são pessoas simples, muitos são agricultores que não chegam a receber um salário mínimo por mês. Poucos são funcionários públicos, outros aposentados e ainda alguns pequenos comerciantes. Segundo o PPP (2010, p. 06) relata que:

Em 07 de fevereiro de 1998 foram construídas e inauguradas mais duas salas de aula com recursos próprios, na gestão do Prefeito João Batista Rocha, que tinha como Secretária de Educação a Profª. Severina do Ramo de Melo Silva e como Secretário de Obras o Sr. Fábio Fernandes Fonseca.

Em relação à infraestrutura, a escola possui segundo o PPP (2010), as seguintes dependências antes das reformas: 04 (quatro) banheiros; 04 (quatro) salas de aulas; 01 (uma) sala para diretoria; 01 (uma) sala para secretaria; 01 (um) quarto para depósito; 01 (uma) sala para professor e 01 (uma) cozinha e despensa.

Ainda de acordo com o PPP (2010), ocorreram alguns acontecimentos durante os anos de 1988 a 2007:

- 1988- a Criação da escola;
- 1997- 1º Desfile Cívico;
- 1999- Inauguração (02 salas de aula) - também ocorreu à primeira Formatura, da 8ª série;
- 2002- Inauguração de duas salas de aula;
- 2003- Inauguração da sala de professor;
- 2004- Inauguração da biblioteca;
- 2005- Início do projeto- Se Liga e Acelera na Escola e no Município;
- 2006- Inauguração das passarelas e de mais uma sala de aula;
- 2007- Inauguração da sala de recursos e de uma nova sala para a biblioteca.

No ano de 2002, segundo o PPP (2010), a escola passou a atender alunos do Ensino Médio, conforme o Parecer nº 370/02 do CEE. Em 2006, essa escola passou por uma reforma, mudando sua estrutura, sendo derrubada a biblioteca para uma nova ampliação, ficando mais bem localizada na área escolar. Também ganhou mais uma sala que atende crianças com necessidades especiais e/ou com deficiências, por formar assim, o conceito de inclusão social, de transformar esse conceito, em uma realidade nessa escola.

Segundo o PPP (2010), essa escola conta com um laboratório de informática, com 10 computadores, que traz o conceito de inclusão digital. A inauguração dessa reforma ocorreu no dia 12 de março de 2007, na gestão do Prefeito, Euclides Sergio Costa de Lima. Com essa reforma, o ambiente físico ficou determinado assim:

- 06 (seis) banheiros;
- 09 (nove) salas de aulas;
- 01(uma) biblioteca;
- 01 (uma) cantina;



- 01 (uma) sala de recurso;
- 01 (uma) secretaria;
- 01 (uma) diretoria;
- 01 (um) laboratório de informática;
- 01 (uma) área de recreação;
- 01 (um) pátio;
- 01(uma) área de serviço;
- 01 (um) depósito;
- 01 (uma) sala de Professores.

Os aspectos operacionais da modalidade de ensino são o ensino fundamental, médio e o EJA (1ª e 2ª fase do ensino fundamental). Segundo o PPP (2010), a escola possui a missão de ministrar a educação básica de qualidade, visando à formação integral do educando, preparando o alunado para a vida social e produtiva para o exercício da cidadania plena. Ainda de acordo com o PPP (2010), a visão de uma educação diferenciada, foca na melhoria da qualidade de vida do educando.

O Projeto Político Pedagógico (2010) tem como objetivo nortear ações de atividades e procedimentos educacionais que serão praticadas no cotidiano escolar, que visa elevar os níveis de qualidade no processo de ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento do aluno.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa discorrerá de forma bibliográfica que “trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsa e imprensa escrita”, segundo Marconi e Lakatos (2006, p.43), onde a sua finalidade é que o pesquisador tenha um contato direto daquilo que ele pesquisou anteriormente sobre o assunto, que visa buscar subsídios para fundamentar este projeto.

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômenos ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, relata Gil (2006, p.42). Esse tipo de pesquisa retrata determinadas características da sociedade ou do objeto de estudo que tenha variações para obtenção de seus resultados. O estudo de caso de acordo com Gil (2006, p. 54)

[...] é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exausto de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Tendo como população a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima, na cidade de Capim, os gestores anteriores, onde esse significa “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”, retrata Marconi e Lakatos (2006, p.108) e a sua amostra é “uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”, de acordo com Gil (2006, p.125). A amostra são os 7 (sete) gestores que trabalham na própria escola, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado por este pesquisador para o procedimento de análise de dados e colaboração de dados referentes a este assunto.

Serão analisados os dados coletados de forma qualitativa com o objetivo de fornecer recursos para interpretar os dados referentes a este trabalho e os resultados terão como base as entrevistas realizadas com gestores anteriores da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima.

Também será utilizado o método quantitativo, que é adequado quando se deseja conhecer a extensão, estatisticamente falando, do objeto de estudo e do ponto de vista do público pesquisado. Aplica-se nos casos em que se busca identificar o grau de conhecimento, as opiniões, impressões, seus hábitos, comportamentos, seja em relação a um produto, sua comunicação, serviço ou instituição. Ou seja, o método quantitativo oferece informações de natureza mais objetiva e aparente. Seus resultados podem refletir às ocorrências de mercado como um todo ou de seus segmentos, de acordo com a sua amostra de trabalho. No instrumento de coleta de dados “são utilizados as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário”(GIL, 2006,p.144). Foi aplicado um questionário que é “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2006,p. 144), que pode conter questões fechadas (alternativas pré-definidas) e/ou abertas (sem alternativas e com resposta livre). Exemplos: entrevistas pessoais no domicílio, em pontos de fluxo, por telefone, envio por mala-direta de questionário auto preenchível, encarte de questionários em revistas ou mesmo embalagens de produtos e questionários via internet.

Serão instrumentos de coleta de dados através de questionários que são instrumentos de coleta de dados, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador, onde este foi realizados entre os dias 20 e 21 de maio de dois mil e quinze e nos dias 01 e 08 de junho

de dois mil e quinze, na cidade de Capim, na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima.

A análise de dados é o “processo de análise de dados que envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos”, segundo Gil (2006, p.125). E interpretados os dados que “consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, que sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente”, afirma Gil (2006, p.125). Esses dados foram utilizados de forma quantitativa, em que o pesquisador fez uma análise probabilística colocada de forma numérica, podendo ser metrificados para a elaboração de quantidade para uma melhor adequação dos dados explícitos, que este ocorrem com questões fechadas para melhor resultado. E, também pelo método qualitativo para melhor compreender as especificações e respostas dos entrevistados.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados obtidos através dos 07 (sete) questionários respondidos pelos gestores anteriores da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima.

##### 4.1 Perfil dos entrevistados

**Tabela 1-** Quanto ao sexo

<b>Sexo</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Masculino	1	14,29
Feminino	6	85,71
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

A tabela acima, apresenta em sua maioria os gestores anteriores dessa Escola teve apenas 01 (um) diretor do sexo masculino, pois ainda neste universo se encontram gestores do sexo feminino, com uma percentagem de 85,71%. Segundo o Ministério da Educação (1999, p. 29).

O Brasil tem mais de 1,6 milhão de professores atuando na educação básica, que vai da pré-escola ao ensino médio. Os dados são do Censo do Professor de 1997, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação. É o primeiro levantamento nacional sobre o número real de professores da educação básica no país. Mas o número de professores pode ser ainda maior, já que nem todos responderam os questionários do censo. Ao todo, 1.617.611 professores preencheram os questionários. Destes, apenas 17,7% atuam na zona rural. As mulheres constituem ampla maioria no magistério: mais de 85% dos professores são do sexo feminino.

Diante desse contexto, cabe aos professores/ gestores manter focados para a melhoria do ensino-aprendizagem, assim como, na administração das escolas.

**Tabela 2-**Tempo de atuação na direção desta Escola

<b>Tempo de Atuação</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
De 1 a 3 anos	3	42,85
De 4 a 6 anos	2	28,57
De 7 a 10 anos	1	14,29
Mais de 10 anos	1	14,29
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Essa tabela número 2 acima, demonstra que o tempo de duração dos gestores nas escolas tem diminuído o tempo de gestão escolar, pois os gestores de caráter municipal variam de acordo com a gestão do próprio município, sendo que tem em sua maioria três pessoas. Das sete entrevistadas, cerca de 42,85%, dos que passaram de 1 a 3 anos a frente da gestão dessa Escola.

**Tabela 3-** Turno de funcionamento da Escola na sua gestão

<b>Tempo de Funcionamento</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Manhã e Tarde	1	14,29
Manhã, Tarde e Noite	6	85,71
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Em relação ao tempo de funcionamento da Escola na gestão dos respondentes, apenas 1 (um) gestor respondeu que quando era gestor dessa Escola seu horário de funcionamento era de manhã e tarde, com cerca de 14, 29%. Deve-se salientar que a Escola começou a funcionar a modalidade EJA, para tanto, provavelmente, esse dado possa vir dessas respostas. Tanto que

foi sancionada a Lei 154/2009 de 27 de novembro de 2009, pelo Prefeito Constitucional do Município de Capim, no “§ 2º- O ensino na educação de jovens e adultos será ministrado preferencialmente no turno noturno”, (segue em anexo).

Quando questionado sobre as maiores dificuldades que enfrentaram na sua gestão, os pesquisados relataram que segundo um dos gestores: “Foi o desafio da nova experiência, pois só tinha exercido função de supervisora e professora”. Já o segundo entrevistado relata que “Professores e alunos imaturos emocionalmente, dificultavam muitas vezes o relacionamento professor X aluno X direção, respingando no dia-a-dia da escola”. O terceiro entrevistado relata apenas “os vencimentos dos professores”. O quarto pesquisado afirma que “A secretária não tinha um bom relacionamento comigo. Havia reunião com diretores, ela só avisava no dia para minhas adjuntas”. Já o quinto entrevistado disse que ocorria “A ausência dos pais na escola, a superlotação nas salas de aula, a indisciplina dos alunos”. O sexto pesquisado afirma que suas maiores dificuldades são sobre a “Evasão escolar, participação dos pais”. O sétimo relata que “A distorção na idade-série. A quantidade de alunos por sala e a falta de compromisso da família com a educação dos filhos”.

O que pode ser demonstrado é que existem diversas dificuldades para os gestores, pois cada um deles expressa a dificuldade enfrentada em sua gestão, onde pode apresentar assuntos referentes ao momento vivido pela sociedade e a comunidade escolar, pois o que ocorre nas escolas tem influência direta e indiretamente com a história da humanidade.

Segundo Viegas e Osório (2007, p. 92) que relata sobre [...] a importância de se compreender a educação na dinâmica de transformações do movimento político, econômico, cultural e social ocorridas de forma globalizada. Tendo em vista que a educação, sociedade e a história estão ligadas para a construção das problemáticas sejam em nosso cotidiano, assim como no sistema escolar que acompanha as regulamentações que se seguem no âmbito federal, estadual e municipal.

Também foi questionado sobre se uma gestão havia respaldo da direção nas resoluções de problemas junto aos alunos e comunidades. Sobre essa questão, dos sete pesquisados, apenas um respondeu que “não o quanto gostaríamos”. Já os outros, responderam que sim, sendo que quatro, justificaram suas respostas, onde um deles relata que “[...] sempre procurei conhecer a vida dos alunos fora da escola, e poder ajudar em algumas situações complicadas”.

Já outro entrevistado responde que “[...] algumas mães trabalhavam durante a semana e para que todas comparecessem, as reuniões que eram feitas aos domingos”. Outro gestor respondeu que “com certeza, pois não se faz gestão de escola sem diálogo e interação de todos que fazem a escola, não só respaldo moral, mas interveio muitas vezes quando necessário”. Que

relatou que “[...] sempre que necessário, algumas famílias exerciam seu papel para com o educando”. Para tanto, essa interação com os alunos e comunidade reflete na interação e comunicação com a gestão escolar na comunidade, em que está inserida. “Para que a escola atinja seus objetivos é necessário que todos: pais, alunos, professores, comunidade e escola, estejam empenhados em atingir esses objetivos”, de acordo com Assumpção (2005, p. 13).

**Tabela 4-** Recursos públicos eram suficientes para a manutenção da Escola

<b>Recursos públicos</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sim	2	28,57
Não	5	71,43
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

A tabela acima retrata que os recursos públicos nas escolas não eram suficientes para a manutenção da Escola. Dos 07 (sete) gestores, cinco deles responderam que essa instituição não tinha recursos para a realização de suas atividades, sendo um componente importante para o ambiente educacional. Essa falta de recursos públicos pode vir prejudicar as atividades exercidas pela gestão escolar, que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011), afirma que a cobertura dos investimentos públicos na área educacional, compreendem a formulação de política, manutenção, desenvolvimento do ensino, a expansão e melhoria das escolas dos diversos níveis e modalidades de ensino, dos estabelecimentos de educação, dos programas de assistência ao estudante, entre outros.

**Tabela 5-** Participação dos Pais nos assuntos da Escola

<b>Participação dos pais na Escola</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Bom	2	28,57
Regular	4	57,15
Ruim	1	14,28
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com a tabela acima, cerca de 57,15 % responderam que a participação dos pais na Escola é considerada regular. Dentro de uma escala que remete-se, há uma participação

considerada intermediária, sendo que, isso demonstra ainda a falta de motivação e comprometimento dos pais, ou seja, da família nas escolas. A educação deve ocorrer de forma a integrar os pais dentro das salas de aulas, assim como a gestão escolar, através de reuniões, planejamentos escolares, entre outros. A escola deve envolver os pais em suas atividades, e se certificar que a eles sejam dadas funções às quais possam cumprir de maneira satisfatória, segundo Goldberg (1990).

**Tabela 6-** Elaboração do PPP em sua gestão

<b>Elaboração do PPP</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sim	3	42,86
Não	4	57,14
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

A tabela demonstra que a maioria dos gestores não participaram da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual cerca de 0%, não teve participação direta na elaboração desse documento, tão importante para essa Escola. Para Hahn e Machado (2006, p. 02)

O P.P.P. preocupa-se em propor uma forma de organizar o trabalho pedagógico visando uma superação dos conflitos, buscando rechaçar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Na tentativa, de acabar com a rotina do mundo interno da instituição.

Ainda sobre o PPP, foi questionado sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico na gestão do respondente, que este houve a participação da comunidade, onde de 07 (sete), apenas 02 (dois) responderam que sim, 03 (três) responderam que não. Porém, 01 (um) justificou que “os projetos eram todos feitos na secretária”. Dois dos respondentes não responderam nenhuma das alternativas, apesar que um deles respondeu que não sabia informar, pois na época de sua gestão só havia a proposta pedagógica. Nota-se que, os respondentes compreendem a importância da elaboração do PPP para a escola, tendo em vista que, essas ações devem ter a comunidade dentro das atividades da gestão escolar em que está inserida.

Em relação à quantidade de alunos da escola na época de sua gestão, para um deles, essa tem uma média de 1.300 alunos matriculados. Para outro respondente, existia em torno de 1.200 alunos mais ou menos, já outro respondeu que tinha 640 alunos nas modalidades EJA na 1ª fase do ensino fundamental, na educação infantil, fundamental e médio. Um deles respondeu que no

ano de 2013, a escola possuía 836 alunos, já em 2014 tinha 826 alunos. Outro respondeu que havia uns 600 alunos em sua época. Já outro respondente afirma que havia 360 alunos. O outro respondente não tem esse tipo de informação, pois seria preciso consultar os matriculados no ano de 2005. Esses dados refletem a falta de eficiência de alguns documentos fornecidos pelos gestores, que, na época gerenciaram e administraram essa Escola.

Também foi questionado como era a escola em sua gestão, o primeiro respondeu que a sempre considerou a Escola João Fernandes um ambiente bom de trabalhar, que a escola necessitava de muitos recursos, ampliações, reformas e qualificações dos funcionários. Havia muito interesse do alunado e mais desempenho dos docentes.

Outro respondente relata que é regular. Já outro disse que no seu ponto de vista, era boa. O respondente relata que “a partir do momento de assumir a direção da escola procurou trabalhar pelas melhorias da escola em todos os setores”. Esse outro, respondeu que antes “a escola funcionava nos três turnos com 8 salas de aula, 01 sala de professor, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 quadra poliesportiva, 01 diretoria e 01 secretaria e que nas salas não haviam ventiladores, nem ar-condicionado”. Outro respondente disse que “era uma escola com a cara “democrática”, com problemas reais de comportamento de alunos, mas com os “devidos”, “coração” e “razão”. Em resumo, era uma escola viva e em movimento constante”. O outro respondeu que em sua gestão a escola era “boa, espaçosa com a biblioteca em bom estado de atendimento para os alunos, uma sala de informática em funcionamento, ou seja, uma escola com gestão democrática e aberta a comunidade”.

Foi levantado um questionamento em comparação a escola de ontem com a de hoje. Muitos responderam que mudou muito, principalmente com relação aos gestores posteriores, pois, percebeu-se nas apresentações e organização dos eventos. A organização e manutenção do espaço escolar que aos poucos perdeu a vida e a eficácia de uma escola viva e alegre.

O outro entrevistado fala da escola de ontem (na minha época). A comunidade escolar possuía profissionais competentes, responsáveis e sensíveis, em todas as esferas e nos variados cargos existentes. O corpo docente era carente de afeto, de conhecimento e socialmente. A escola procurava suprir essas necessidades com as diversas atividades e projetos realizados pelos próprios alunos, com base na ideia de que cada um de nós é responsável pelas mudanças.

A valorização do ser humano e o respeito mútuo era a nossa meta, acreditando que os conhecimentos e as habilidades se adquirem e se desenvolvem de forma satisfatória em um ambiente acolhedor. Vale ressaltar, que as dependências físicas da escola eram satisfatórias e



bem equipadas. As dificuldades/problemas surgiram como em todo e qualquer processo de aprendizagem. Todos aprendiam: uns mais, outros menos e alguns quase nada.

Para outro, a escola de ontem não tinha recursos, mesmo assim, era mais fácil de administrar do que hoje. Antes 99% dos funcionários era do próprio Município e hoje 95% são de outros Municípios. Hoje, a escola tem mais recursos e é mais difícil de administrar. A escola de ontem tinha uma pequena biblioteca que funcionava os três turnos. A escola atualmente continua com biblioteca, mas não funciona como antes, antigamente possuía laboratório de informática, e hoje tem, mas não funciona. A Escola João Fernandes, é uma escola muito bonita, bem organizada em sua estrutura. Consideramos que falta um pouco mais de atenção por parte da Secretaria Municipal de Educação.

O outro relata que “a escola de ontem faltava muitas melhorias e a de hoje é visível ver tudo que foi feito como: a informatização e a arborização, as pequenas reformas que a escola passou”. Já outro responde que “hoje está bem melhor: as salas são climatizadas, etc”. Outro compara o ontem e hoje da escola, que era boa e hoje está regular. Também outro respondeu que “De um modo geral, eu vejo uma facilidade muito grande para um cidadão frequentar uma escola e ter uma boa formação. A Educação Básica tem-se fortalecido com muitos recursos e programas”.

As estatísticas que ainda revelam um acentuado número de analfabetos, creio que não se deve a do cidadão brasileiro em querer continuar com essa cultura de que a educação não faz parte do bem estar e melhoria de vida. Partindo para a realidade local, na Escola João Fernandes, houve uma evolução muito grande, não só na estrutura física da escola, como nas necessidades de ensino oferecidos, na aquisição de recursos tecnológicos e programas federais.

Esses dados podem refletir na diferença de paridades entre os entrevistados, pois isso se deve-se temporalidade em que viveu cada gestor. Sabe-se que essa Escola passou por algumas reformas nestes últimos anos, embora que, pode implicar neste aspecto de comparação entre os entrevistados. Também se pode ressaltar que, os gestores tem diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, porém, as colocações foram de acordo com o momento vivido por cada gestor nessa Escola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima, tem uma história extensa e riquíssima por conter fatos que compõem a narrativa histórica da própria cidade e estar ligada de forma direta com a sociedade local.

A trajetória dessa instituição escolar possui marcas desde o período anterior de sua emancipação, quando ainda pertencia a cidade de Mamanguape, seu ensino e suas atividades eram referidos a esse setor educacional. Essa escola vem crescendo de forma constante, com o funcionamento do ensino fundamental, médio e também a modalidade EJA, que coloca-se como um referencial dentro do seu município.

As escolas têm uma função administrativa e pedagógica que implica nas atividades educacionais, demonstrando a importância cultural nessa cidade, embora suas atividades frente à comunidade, a família dos alunos, a gestão escolar, os professores e os projetos existentes, auxiliam para que funcionem de acordo com a finalidade em que foi imposta.

Para tanto, essa instituição escolar vem crescendo de forma significativa através dos recursos e reformas realizadas pelos governantes públicos, colocando nos gestores uma contribuição importante para a narrativa histórica dessa escola.

O interesse pelo tema escolhido para o TCC, é o resultado da nossa experiência docente e atuação no estágio supervisionado I, II e III do PARFOR, na Escola Municipal de E. F. Médio Dep. João Fernandes de Lima. Trabalhar sobre história da educação, ficou claro, através de vários diálogos com a professora Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima que foi a orientadora do estágio supervisionado e deste TCC. Durante os estágios, através de contato com a citada professora, sobre a relação histórica com essa unidade escolar e as primeiras experiências na educação, como aluna e como educadora na referida escola.

As experiências vivenciadas como aluna aconteceu nos anos de 1988 e 1989, ao cursar as séries 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries. Como educadora ocorreu, nos anos de 1994 e 1995, ao lecionar, com 16 e 17 anos de idade nas séries iniciais, alfabetização e 1<sup>a</sup> série.

Antes, a escola pertencia ao município de Mamanguape e no ano de 1997 a escola passou a pertencer ao município de Capim/PB. Após ter vivenciado essas primeiras experiências como educadora me afastei da área da educação por cinco anos seguidos. No ano de 2000, ocorreu o retorno a escola para lecionar as turmas de reforço do Programa do Governo

Federal (PETI) até o ano de 2004. Durante quase duas décadas assumir várias funções na referida escola e permaneço até o término deste trabalho.

Criei vínculos profissionais e relações de amizade na escola, que contribuiu como oportunidade de crescimento profissional docente. Acompanhei as mudanças ocorridas nessa escola, tanto na estrutura física, como na administrativa e pedagógica. Estive presente vivenciando momentos de sucessos e dificuldades que essa escola passou. Vale salientar que a Escola Municipal de E. F. Médio Dep. João Fernandes de Lima contribuiu como motivação para permanecer na área da educação, da qual me sinto realizada profissionalmente e poder registrar alguns fragmentos históricos dessa instituição de ensino.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Tânia Mara Testai de. **Reflexões sobre a escola e a sua interação com a comunidade:** um estudo de caso. Dissertação apresentada a Universidade do Estado de Santa Catarina. Joinville, 2005.

AZANHA, J. M. P. Uma ideia sobre a municipalização do ensino. **Estudos Avançados**, vol. 5 n.12, São Paulo, maio/Ago. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141991000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141991000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25/06/2015.

BACHA, Edmar; SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Brasil:** a nova agenda social. In: VELOSO, Fernando. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. 1. Ed. LTC, 2011.

BRASIL. Constituição federal. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de bases e educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em 25/06/2015.

BRASIL. Diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25/06/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação brasileira:** síntese das avaliações e dos levantamentos estatísticos. MEC: Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos:** passo a passo do processo de implantação. 2. Ed. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino médio inovador.** Brasília, 2009.

ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria da Educação e Cultura. **Conselho Escolar Municipal de 1º Grau Deputado João Fernandes de Lima,** 2007.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **R. bras. Est. pedag.,** Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr., 2013.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine:** o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

ESTATUTO DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE LIMA. **Seção II:** da finalidade. Mamanguape, 2013

FÁVERO, O. **A Educação nas Constituintes Brasileiras:** 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FERREIRA, Conceição de Maria Moura. **Municipalização da Educação:** a participação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF – na melhoria dos Indicadores Educacionais – o caso de um município maranhense. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de Brasília, 2008. Disponível

em: <[http://www.bdtb.ucb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=846](http://www.bdtb.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=846)>. Acesso em: 25/06/2015.

FRANÇA, S. J. L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum**. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Agir, 1952

GHIRALDELLI, Junior. **O que você precisa saber em didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

GOLDBERG, M. F. Portrait of James P. Comer. **Educational Leadership**, 48, 40-42, 1990.

GOVERNO DA PARAÍBA. Conselho Estadual de Educação da Paraíba. **História**. Publicado em: 2015. Disponível em: <<http://www.cee.pb.gov.br/portal/conselho/historia/>>. Acesso em: 16/06/2015.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraíba- Capim**. Publicado em: 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250403>>. Acesso em: 29/06/2015.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Investimentos Públicos em Educação**, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, publicações e trabalhos científicos**. 6.ed.reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MASCARELLO, Débora Cristina. **História da educação brasileira: os cursos profissionalizantes do Colégio Polivalente**. Monografia em Especialização em História da Educação Brasileira, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE. Cascavel, 2006.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Aurora, 1958.

MELLO, J. B. de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

MELLO, José Octávio de Arruda. A educação paraibana da colônia há nossos dias: uma abordagem histórica. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) vol.3 n.1 Campinas, 1999. Título original: Education in Paraíba from Colony Until to Day: one historical review.  
\_\_\_\_\_. A Paraíba e a década de vinte. In: **João Pessoa: a Paraíba e a Revolução de 30**, 1979.

MENEZES, J. R. **O mestre escola brasileiro**, 1982.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. **Em aberto**, Brasília, ano 3, n. 23, set/out. 1984.

OLIVEIRA, Cleiton. **Municipalização do ensino do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM. **Lei nº 66/2001, de fevereiro de 2001.** Publicado no B. O. M. : 26/02/2001.

PREFEITURA DE CAPIM. Secretaria Municipal da Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima.** Capim, 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. O instituto histórico e geográfico paraibano e a história da educação da Paraíba: apontamentos para um estudo historiográfico. **Anais do IV Seminário Nacional- HISTEDBR-** Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, 1997.

SANTOS, João Marcos Leitão. Educação na Paraíba colonial: o período holandês. **Mnemosine Revista**, v. 1. n. 1, jan/jun, 2010.

SAVELI, Esméria de Lourdes. Ensino fundamental de nove anos: bases legais de sua implantação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 67-72, jan.-jun., 2008.

SCACHETTI, Ana Lígia. **Série especial:** história da educação no Brasil. Publicado em: 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/serie-especial-historia-educacao-brasil-750345.shtml>>. Acesso em: 15/06/2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. In: CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZI, Sergio. **A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil.** Editora Nova Fronteira, 2005.

SCOCUGLIA, A. C. **A História da Alfabetização Política na Paraíba dos Anos Sessenta**, 1997.

SILVA, Juçara Maria de França. **Evasão escolar na EJA:** um estudo de caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2014.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

TEIXEIRA, Mariana Marques; CURY, Cláudia Engler. **O desejado e o realizado: a prática educacional na Paraíba do norte no oitocentos.** Universidade Federal da Paraíba, 2008.

VIEGAS, Lílian Mara Dela Cruz; OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento. A transformação da educação escolar e sua influência na sociedade contemporânea. **InterMeio:** revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.13, n.26, p.92-115, jul./dez. 2007.

WEBER, Max. **Economía y sociedad:** esbozo de Sociologia Comprensiva. 11. ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Vilmaci Cristiane Melo de Lima, aluna do curso de Pedagogia da Universidade estadual da Paraíba – Parfor, sob a orientação da Profª Maria de Fátima Ferreira de Araújo.

As informações obtidas com esta pesquisa contribuirão com o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **História da Educação da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima**.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar e resgatar a história da Escola Municipal Deputado: João Fernandes de Lima, Capim/PB. Verificando de que forma elas podem contribuir ou não nesse processo.

O procedimento utilizado para obtenção das informações se dá através do questionário em anexo. As respostas do questionário serão tratadas de forma anônima e confidencial. Ao aceitar participar desta pesquisa automaticamente, os pesquisados autorizam apresentação dos resultados, publicação do mesmo em eventos científicos e periódicos da área.

Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa contatar a pesquisadora responsável, Vilmaci Cristiane Melo de Lima. Endereço eletrônico: [Vilmaci.melo2012@gmail.com](mailto:Vilmaci.melo2012@gmail.com). Telefone: (83) 8839-3911.

### Autorização do Entrevistado

Eu \_\_\_\_\_ ao responder ao questionário, declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e que estou de acordo em participar do estudo proposto, de forma voluntária, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer dano, punição ou constrangimento. Declaro também informar espontaneamente minha opinião e prestar informações estritamente verdadeiras.

Capim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura da Pesquisadora



**APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO****Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima**

1. Sexo?  
 Masculino       Feminino
  
2. Há quantos anos atuou na direção desta Escola?  
 De 1 à 3 anos.  
 De 4 à 6 anos  
 De 7 à 10 anos  
 Mais de 10 anos
  
3. Quais eram os turnos de funcionamento da escola durante a sua gestão?  
 Manhã e Tarde                       Manhã, Tarde e Noite
  
4. Quais as maiores dificuldades que enfrentou na gestão da Escola?
  
5. Na sua gestão havia respaldo da direção nas resoluções de problemas junto aos alunos e comunidade?
  
6. Os recursos públicos eram suficientes para manutenção da Escola?  
 Sim                                       Não
  
7. Você considerava a participação dos Pais nos assuntos da Escola?  
  
 Bom  
  
 Regular  
  
 Ruim
  
8. Em sua gestão houve elaboração do PPP?  
  
 Sim  
  
 Não
  
9. A elaboração do Projeto Político pedagógico em sua gestão contou com a participação da Comunidade?  
  
 Sim  
  
 Não
  
10. Qual a quantidade de alunos da escola na época de sua gestão?
  
11. Quando você era Gestor (a) como era a escola?
  
12. Compare a escola de ontem com de hoje.

APÊNDICE C- Fachada antiga e atual da Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima



Foto 1 e 2. Fachada da Escola atual



Foto 3. Fachada da Escola antiga



Fachada da Escola desde a sua construção no ano 1988 até 2005, Hoje modificada.

Foto 4. Fachada no ano de 1988 até 2005

**APÊNDICE D-** Fotos da experiência educacional na Escola em estudo



**Foto 5.** Ministrando aula na Escola em estudo



**Foto 6.** Alunos da Escola em estudo



**Foto 7.** Alunos em sala de aula da Escola em estudo

**APÊNDICE E-** Estágio Supervisionado de Gestão na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima



**Foto 8.** Equipe do Estágio Supervisionado



**Foto 9.** Equipe de Estágio

**ANEXOS**

## ANEXO A- Documentação de implantação da Escola em Estudo



ESTADO DA PARAIBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
 (CASA SENADOR RUY CARNEIRO)

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 21 DE MARÇO DE 1988.

"Denomina Escola Municipal, e dá outras providências".

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal Promulga e o Poder Executivo Sanciona a seguinte Resolução:


Art. 1º - Fica denominada Escola Municipal "João Fernandes de Lima", o Grupo Escolar da Vila de Capim deste Município:


Art. 2º - Desde logo, fica o Executivo Municipal de Mamanguape, autorizado a utilizar os recursos necessários para a confecção e aposição da placa denominadora:

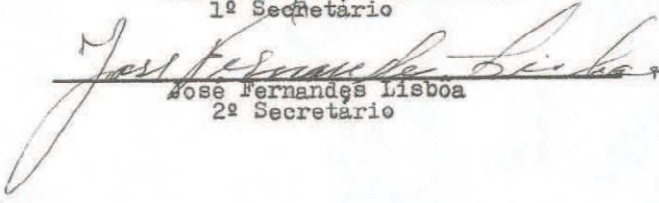
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Mamanguape, em 21 de março de 1988.

  
 \_\_\_\_\_  
 Antonio Severino Gomes  
 Presidente

  
 \_\_\_\_\_  
 Milton de Almeida e Silva  
 1º Secretário

  
 \_\_\_\_\_  
 José Fernandes Lisboa  
 2º Secretário

## ANEXO B- Documentação da Nomeação da Escola na Vila de Capim



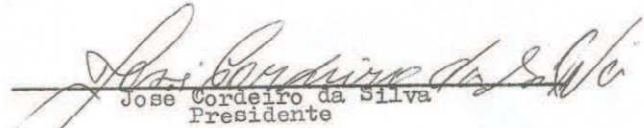
ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
(CASA SENADOR RUY CARNEIRO)

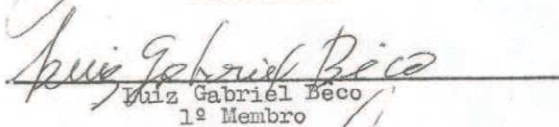
Senhor Presidente:  
Senhores Vereadores:

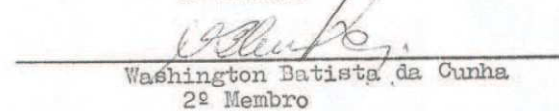
P A R E C E R:

A Comissão infra firmada, designada por V. Exa., para dar parecer ao Ante-Projeto do Vereador Nemésio Augusto de Meireles, que dá nome de Escola na Vila de Capim deste Município, após verificar detalhadamente o conteúdo da matéria, resolveu emitir PARECER FAVORÁVEL a aprovação do Ante-Projeto, em face do alto valor a que se destina.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Mamanguape, em 21 de março de 1988.

  
José Cordeiro da Silva  
Presidente

  
Luiz Gabriel Bico  
1º Membro

  
Washington Batista da Cunha  
2º Membro

## ANEXO C- Documentação da Modalidade EJA na Escola em estudo



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 154/2009 de 27 de Novembro de 2009**

**REGULAMENTA O ENSINO  
FUNDAMENTAL NA MODALIDADE DE EJA  
DO MUNICÍPIO DE CAPIM - PB E A  
RESPECTIVA GRADE CURRICULAR.**

O Prefeito Constitucional do Município de Capim, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1** – A Educação de Jovens e Adultos será ministrada nas escolas municipais e se destinará àqueles que não tiveram acesso ou puderam continuar seus estudos no Ensino Fundamental na idade própria, considerando-se suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho; bem como estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si. (Art.37§1º e §2º da Lei 9394/96-LDB).

**Art.2** – Os Cursos e exames supletivos terão na sua grade curricular à Base Nacional Comum, possibilitando aos jovens e adultos o prosseguimento de estudos em caráter regular (Art.38 Lei 9394/96-LDB)

§1º - O ingresso de jovens na modalidade EJA (5ª a 8ª série) será concedido para os maiores de quinze anos;

§2º - O ensino na educação de jovens e adultos será ministrado preferencialmente no turno noturno.

§3º - O calendário escolar da EJA obedecerá ao calendário estabelecido pela Secretaria Municipal da Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capim-PB, 27 de Novembro de 2009.

*Euclides Sérgio Costa de Lima*  
**Euclides Sérgio Costa de Lima**  
**Prefeito Constitucional**



## ANEXO D- Documentação da troca na nomenclatura da Escola em estudo

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM

LEI Nº 66 /2001, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2001.

"TRANSFORMA A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL " DEPUTADO JOÃO FERNANDES DE LIMA" EM ESCOLA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM aprova, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica transformada a Escola Municipal de Ensino Fundamental " Dep. João Fernandes de Lima" em Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio " Dep. João Fernandes Lima".

Art. 2º- O Poder Executivo municipal adotará todas as medidas necessárias a efetivação da alteração contida no artigo anterior.


Art. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.


Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.


FEVEREIRO de 2001. Prefeitura Municipal de Capim, em 26 de

Publicado no B. O. M.
Data 26 / 02 / 2001
Página 143 Coluna 02
Responsável p/ Produções

  
 JOÃO BATISTA ROCHA  
 PREFEITO

  
 TRABALHANDO  
 PARA O  
 FUTURO  
 PREFEITURA MUNICIPAL  
 DE CAPIM

## ANEXO E- Documentação do ante-projeto da mudança de nome da Escola em estudo

  
ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
(CASA SENADOR RUY CARNEIRO)

ANTE-PROJETO DE LEI Nº 01/88, EM 18 DE MARÇO DE 1988.

"Denomina Escola Municipal, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, Estado da Paraíba, faço saber que o Poder Legislativo aprova e o Executivo Municipal sanciona a seguinte Lei:

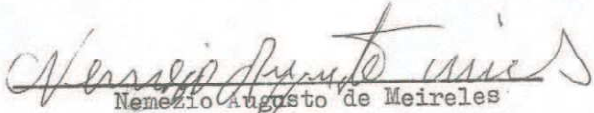
Art. 1º - Fica denominada Escola Municipal "JOÃO FERNANDES DE LIMA, o Grupo Escolar da Vila de Capim deste Município:

Art. 2º - Desde logo, fica o Executivo Municipal de Mamanguape, autorizado a utilizar os recursos necessários para a confecção e aposição da placa denominadora:

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação:

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Mamanguape, 18 de março de 1988.

  
Nemezio Augusto de Meireles  
Vereador